



07/05/2020

Número: **0800364-81.2018.8.18.0049**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Cível da Comarca de Valença do Piauí**

Última distribuição : **19/03/2018**

Valor da causa: **R\$ 3.105,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FABIO AMARO DA MAIA (AUTOR)		LUCIANO DE CARVALHO E SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		EDNAN SOARES COUTINHO (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9578131	07/05/2020 16:37	<a href="#">MANIFESTAÇÃO</a>	MANIFESTAÇÃO
9578134	07/05/2020 16:37	<a href="#">cumprimento de sentença</a>	Petição
9578136	07/05/2020 16:37	<a href="#">ATM</a>	Documentos

PETIÇÃO PDF EM ANEXO - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUÍZ DE DIREITO DA COMARCA DE VALENÇA DO PIAUÍ, ESTADO DO PIAUÍ.**

**CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**

**REF. PROCESSO Nº 0800364-81.2018.8.18.0049**

**EXEQUENTE: FABIO AMARO DA MAIA**

**EXECUTADO: SEGURADO LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**

**FABIO AMARO DA MAIA**, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, que move em face de **SEGURADO LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, também qualificado vem à presença de Vossa Excelência, por meio de seu procurador e advogado in fine assinado, requerer o **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA**, pelos motivos de fato e de direito que abaixo se expõe, e ao, final, requerer.

A requerida devidamente intimada (Id. 9129560), não manifestou-se acerca da decisão de 1º grau (Id.7372392), face a condenação da requerida ao pagamento da indenização à favor do exequente.

Portanto, irrecorrível a sentença ora executada.

Eis o que diz a parte final da sentença constante nos documentos em anexo:

**DISPOSITIVO**

*Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pleito com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, e determino a EXTINÇÃO DO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Com isso, condeno a parte requerida ao pagamento do valor de R\$1.417,50 (mil, quatrocentos e dezessete reais e cinquenta centavos), corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar do sinistro, e juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.*

*Condeno a parte ré ao pagamento de honorários advocatícios no importe de 15% (quinze por cento) do valor da condenação, além de custas judiciais.*



Desse modo, o valor atualizado do débito perfaz o seguinte montante:

INDENIZAÇÃO	VALOR R\$
<b>Condenação</b>	<b>R\$ 1.417,50</b>
Correção Monetária do Sinistro 07/05/2016 até 07/05/2020	R\$ 199,97
Juros a partir da Citação 02/08/2019 até 07/05/2020	R\$ 148,27
Honorários Advocatícios 15% (quinze por cento) até 07/05/2020	R\$ 264,86
<b>Valor Total da Execução</b>	<b>R\$ 2.030,60</b>

**Portando, o valor para pagamento espontâneo da executada é de R\$ 2.030,60 (dois mil e trinta reais e sessenta centavos), conforme correção e atualização monetária de débitos judiciais até 07/05/2020 anexo.**

Sendo assim, caso o Executado não cumpra espontaneamente a decisão, que deixou de pagar o débito no prazo de 15 dias após a intimação, executa-se assim o valor devido acrescido da multa de 10%, bem como de honorários do advogado no percentual de 10%, conforme reza o art. 523, § 1º, do Novo Código de Processo Civil.

**PELO EXPOSTO**, requer-se que o **EXECUTADO** seja intimado para pagar o débito no valor de **R\$ 2.030,60 (dois mil e trinta reais e sessenta centavos)**, de forma voluntária, no prazo de 15 dias, sob pena de pagar multa e honorários do advogado, ambos no percentual de 10%, tudo conforme no art. 523, § único do NCPC;

Pede deferimento.

Valença do Piauí (PI), 7 de maio de 2020.

**LUCIANO DE CARVALHO E SILVA**  
**- Advogado – OAB/PI 10.014**





ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

**Atualização Monetária de Débitos Judiciais**

Valores Atualizados Até 07/05/2020

Data da Elaboração do Cálculo: 07/05/2020 às 16:24:56

**Dados:**

Valor do Principal em 07/05/2016:	1.417,50
Fator de correção monetária do TJ/ES de 07/05/2016 a 07/05/2020:	1,1410747944
Juros do Código Civil a partir de:	02/08/2019
Valor das custas pagas:	-
Honorários Advocatícios sobre o Débito:	15%
Multa sobre o Débito:	-

**Operações Aritméticas:**

Principal corrigido:	R\$ 1.617,47
Juros do Código Civil do Período (9,17%):	R\$ 148,27
Valor atualizado até 07/05/2020:	R\$ 1.765,74
Custas pagas corrigidas a ser ressarcidas :	-
Multa sobre o Principal Corrigido:	-
<b>Subtotal 1:</b>	<b>R\$ 1.765,74</b>

☐ Aplicar Multa de 10% prevista no Art. 523, § 1º do CPC -

**Total 1 (DÉBITO ATUALIZADO):** **R\$ 1.765,74**

Honorários de 15% s/ o Débito Atualizado:	R\$ 264,86
Multa de 10% prevista no Art. 523, § 1º do CPC	R\$ 0,00
<b>Total 2 (HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS):</b>	<b>R\$ 264,86</b>

**Total Geral:** **R\$ 2.030,60**

☐ Abater Valor -

**Informações Adicionais**

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA  
REF. PROCESSO Nº 0800364-81.2018.8.18.0049  
EXEQUENTE: FABIO AMARO DA MAIA  
EXECUTADO: SEGURADO LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

**Notas Explicativas**

Fator de correção aplicado neste cálculo foi retirado da Tabela de Atualização Monetária de Débitos Judiciais do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, que se destina a atualizar monetariamente valores judiciais no âmbito da competência desse Poder. Constitui-se de um encadeamento de índices de preços (ORTN/OTN/BTN/UFIR/IPC-FIPE/INPC-IBGE), sendo que a partir de 07/99 o índice de preços que vem sendo utilizado é o INPC/IBGE.

\*Juros Legais: Até 10/01/2003 a taxa de juros é de 0,5% ao mês e de 11/01/2003 em diante a taxa de juros é de 1% ao mês (conf. Lei 10.406/02).

**Novo Cálculo Voltar Imprimir Página**

